

Demonstrações Financeiras

Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas

31 de dezembro de 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstração dos resultados.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Dirigentes, Conselheiros e Associados da
Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas
Pelotas - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 24 de janeiro de 2020.

MÜLLER, PREI & HOFF AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RS N° 005867/O-2
Carlos Osvaldo Pereira Hoff
Contador CRC-RS N° 022261/ O -2

Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	Notas	2019	2018
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	69.294	86.276
Contas a receber	6	369.785	552.443
Tributos e contribuições a compensar		-	236
Adiantamentos a terceiros		315.171	273.226
Despesas a apropriar	7	89.884	123.284
Outras contas a receber		32.258	75.406
Total do ativo circulante		876.392	1.110.871
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Despesas a apropriar	7	1.417.097	1.412.540
		1.417.097	1.412.540
Investimentos		63.234	59.617
Imobilizado	8	35.850.492	36.353.120
Intangível	9	9.985	9.985
Total do ativo não circulante		37.340.808	37.835.262
Total do ativo		38.217.200	38.946.133

	Notas	2019	2018
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores		25.633	264.878
Empréstimos e financiamentos		471.001	195.001
Obrigações trabalhistas		140.276	159.278
Obrigações tributárias		1.153	5.127
Indenizações a pagar	7	178.920	64.206
Outras obrigações		54.000	148.175
Total do passivo circulante		<u>870.983</u>	<u>836.665</u>
Passivo não circulante			
Indenizações a pagar	7	<u>1.417.097</u>	1.536.050
Total do passivo não circulante		<u>1.417.097</u>	<u>1.536.050</u>
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		7.819.539	7.819.539
Superávit (déficit) acumulado		(639.390)	(591.436)
Reserva para contingência		5.785	5.785
Ajuste de avaliação patrimonial		28.743.186	29.339.530
Total do patrimônio líquido		<u>35.929.120</u>	<u>36.573.418</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>38.217.200</u>	<u>38.946.133</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas

Demonstração dos resultados
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	Notas	2019	2018
Receitas de associados		2.012.698	2.075.933
Receitas de não associados		97.101	42.488
Receitas de eventos – Centro de eventos		348.609	542.905
Receitas com evento Fenadoce	10	4.231.694	4.315.205
Receita operacional		6.690.102	6.976.531
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas administrativas		(2.579.359)	(2.500.963)
Despesas com pessoal		(1.463.593)	(1.213.829)
Despesas com evento Fenadoce	10	(3.264.766)	(3.361.272)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		470	(377.921)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(617.146)	(477.454)
Resultado financeiro:			
Despesas financeiras		(61.533)	(38.153)
Receitas financeiras		34.381	15.836
		(27.152)	(22.317)
Déficit do período		(644.298)	(499.771)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva para contingências	Superávit (déficit) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	7.819.539	29.054.959	5.785	192.906	37.073.189
Realização custo atribuído ao ativo imobilizado	-	284.571	-	(284.571)	-
Déficit do período	-	-	-	(499.771)	(499.771)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	7.819.539	29.339.530	5.785	(591.436)	36.573.418
Realização custo atribuído ao ativo imobilizado	-	(596.344)	-	596.344	-
Déficit do período	-	-	-	(644.298)	(644.298)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.819.539	28.743.186	5.785	(639.390)	35.929.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas

Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Déficit do período	(644.298)	(499.771)
Ajustes por:		
Depreciações	617.957	618.774
Baixas de imobilizado	2.623	2.117
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.789	(23.460)
Variação valor justo de investimentos	(3.617)	(3.570)
Provisões para litígios	-	(247.119)
	(9.546)	(153.029)
Variações nos ativos		
Redução das contas a receber de clientes	164.869	642.407
Redução (aumento) adiantamentos	(41.945)	103.667
Redução de outros ativos circulantes e não circulantes	72.227	20.491
Variações nos passivos		
(Redução) aumento de fornecedores	(239.245)	220.129
(Redução) aumento de obrigações trabalhistas	(19.002)	44.366
Redução de obrigações tributárias	(3.974)	(671)
Redução de outros passivos circulantes e não circulantes	(98.414)	(904.117)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(175.030)	(26.757)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisições de imobilizado	(117.952)	(80.686)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(117.952)	(80.686)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Recebimento de empréstimos e financiamentos	276.000	90.000
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	276.000	90.000
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(16.982)	(17.443)
Demonstração da variação no caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	86.276	103.719
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	69.294	86.276
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(16.982)	(17.443)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

1. Contexto operacional

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas – CDL Pelotas (“Entidade”) é uma entidade de fins não econômicos, declarada de utilidade pública, nos termos das Leis nº 3.851, de 1994 e nº 4.018, de 1995, com sede à Rua Félix da Cunha, nº 765, centro, em Pelotas-RS, e que têm por finalidades, dentre outras, promover a aproximação entre os dirigentes de Entidades lojistas, apoiar e promover a melhoria do conhecimento técnico especializado de seus associados, criar e manter serviços de utilidade para a classe lojista e associada, valorizar o patrimônio histórico cultural da comunidade, promover e incentivar o turismo de eventos através de um Centro de Eventos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão definidas no Pronunciamento de Contabilidade para Pequenas e Médias Entidades, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC PMEs (R1)), bem como a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012.

As demonstrações financeiras foram liberadas pela Administração para exame da auditoria em 24 de janeiro de 2020.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Entidade, sendo as mais relevantes aquelas divulgadas na Nota 4.

3. Resumo das principais políticas contábeis

3.1. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados pela Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Receitas com associados

(i) As receitas com mensalidades são apuradas em conformidade com o regime de competência dos períodos, levando em consideração os períodos de referência.

(ii) As receitas com serviços prestados são reconhecidas tomando por base a proporção dos serviços prestados.

Receitas com não associados

Receitas com prestação de serviços, reconhecidas na extensão em que for provável tomando por base a proporção dos serviços prestados; e receitas com locação, reconhecidas conforme regime de competência em relação aos períodos de referência.

Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Reconhecimento de receita--continuação

Receitas com eventos - Fenadoce

As receitas incluem patrocínios, locação de *stands*, ingressos e estacionamento referentes à realização anual da feira Fenadoce, que são reconhecidas em conformidade com o regime de competência dos períodos, levando em consideração o período de realização do evento.

Receita financeira

Para todos os instrumentos financeiros avaliados aos seus custos amortizados e ativos financeiros que rendem juros classificados como mantidos até o vencimento, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por numerário em caixa e depósitos bancários, registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As contas a receber são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

3.5. Despesas a apropriar

Despesas a apropriar do ativo circulante e não circulante referem-se à indenização judicial a pagar, de remuneração vitalícia, cujo cálculo está baseado na expectativa de vida constante no processo.

3.6. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação, reavaliação ou construção, incluindo quando aplicável os juros incorridos na obtenção de financiamentos para sua construção.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.6. Imobilizado--continuação

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada período e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

3.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor contábil do ativo imobilizado é revisado para perda ao valor recuperável quando eventos ou mudanças circunstanciais indiquem que o valor contábil talvez não seja recuperável ("impairment"). Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, sendo este o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos o custo de venda e o seu valor em uso.

3.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de períodos. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.9. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.10. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período.

Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Instrumentos financeiros--continuação

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores. Estes instrumentos são avaliados ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Entidade efetua diversas estimativas, que foram determinadas com base em julgamento da Administração e, quando necessário, com base em pareceres elaborados por especialistas. A Entidade adota premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenda como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Entidade são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

Provisões para litígios: as provisões para litígios e contingências são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Entidade com base em relatórios preparados pelos seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base nas informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras. Periodicamente, a Entidade efetua uma revisão dessa avaliação à luz de novas informações surgidas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

São compostos por:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	1.345	3.727
Bancos – conta movimento	67.949	82.549
	<u>69.294</u>	<u>86.276</u>

Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

6. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Associados	220.603	396.886
Não associados	31.488	64.300
Eventos	143.669	129.158
Cheques devolvidos	29.715	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(55.690)	(37.901)
	369.785	552.443

A composição dos títulos vencidos e a vencer encontra-se abaixo apresentada:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A vencer	218.538	493.039
Vencidos:		
Até 30 dias	86.485	26.880
De 31 até 60 dias	14.591	5.555
De 61 até 90 dias	69.102	1.933
De 91 até 180 dias	8.498	11.536
De 181 até 360 dias	10.106	19.678
Há mais de 360 dias	18.155	31.723
	425.475	590.344

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do período	(37.901)	(61.361)
Adições	(43.131)	(20.075)
Recuperações / realizações	25.342	43.535
Saldo no final do período	(55.690)	(37.901)

7. Despesas a apropriar

Referem-se às despesas antecipadas da 28ª Fenadoce (27ª em 2018) e à contrapartida da provisão de indenizações a pagar do passivo circulante e não circulante, correspondente a acordo judicial para pagamento de remuneração mensal vitalícia.

Composição do saldo do ativo circulante:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas antecipadas Fenadoce	22.403	59.078
Indenizações a apropriar	67.481	64.206
	89.884	123.284

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as parcelas do ativo não circulante têm o seguinte cronograma de apropriação, conforme realização dos pagamentos das prestações do acordo judicial:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Em 2020	-	64.206
Em 2021	67.481	-
De 2022 em diante	1.349.616	1.348.334
	1.417.097	1.412.540

Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

8. Imobilizado

É representado por:

	Terrenos	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de proc. dados	Outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.778.845	29.586.529	184.371	270.078	3.563	24.522	45.417	36.893.325
Aquisições	-	48.300	7.494	-	23.000	268	1.624	24.892
Baixas	-	-	(1.099)	(1.015)	-	(1.859)	-	(3.973)
Depreciação – baixas	-	-	475	472	-	909	-	1.856
Depreciação	-	(528.813)	(29.361)	(44.281)	(3.733)	(8.514)	(4.072)	(618.774)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.778.845	29.106.016	161.880	225.254	22.830	15.326	42.969	36.353.120
Custo total	6.778.845	31.748.300	296.499	442.146	39.750	53.662	55.054	39.414.256
Depreciação acumulada	-	(2.642.284)	(134.619)	(216.892)	(16.920)	(38.336)	(12.085)	(3.061.136)
Valor residual	6.778.845	29.106.016	161.880	225.254	22.830	15.326	42.969	36.353.120
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.778.845	29.106.016	161.880	225.254	22.830	15.326	42.969	36.353.120
Aquisições	-	71.434	10.929	-	-	9.374	26.215	117.952
Baixas	-	-	-	-	-	(999)	(1.624)	(2.623)
Depreciação – baixas	-	-	-	-	-	611	-	611
Depreciação	-	(529.174)	(30.078)	(44.215)	(4.750)	(4.752)	(5.599)	(618.568)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.778.845	28.648.276	142.731	181.039	18.080	19.560	61.961	35.850.492
Custo total	6.778.845	31.819.734	307.428	442.146	39.750	62.037	79.645	39.529.585
Depreciação acumulada	-	(3.171.458)	(164.697)	(261.107)	(21.670)	(42.477)	(17.684)	(3.679.093)
Valor residual	6.778.845	28.648.276	142.731	181.039	18.080	19.560	61.961	35.850.492
Taxas anuais de depreciação - %		1,67%	10%	10%	20%	10% e 20%	10%	

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações financeiras como um todo, a Entidade avaliou a vida útil-econômica desses ativos, e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2019.

Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

9. Intangível

	Marcas e patentes	Softwares	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.985	-	9.985
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.985	-	9.985
Custo total	27.020	89.879	116.899
Amortização acumulada	(17.035)	(89.879)	(106.914)
Valor residual	9.985	-	9.985
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.985	-	9.985
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.985	-	9.985
Custo total	27.020	89.879	116.899
Amortização acumulada	(17.035)	(89.879)	(106.914)
Valor residual	9.985	-	9.985

10. Resultado apurado com a Fenadoce

	2019	2018
Receitas		
Bilheteria e estacionamento	1.179.489	1.198.935
Aluguel de <i>stands</i>	2.257.773	2.307.545
Apoio e patrocínios	753.230	729.902
Outras receitas	41.202	78.823
	4.231.694	4.315.205
Despesas		
Propaganda e divulgação	(737.250)	(750.400)
Projeto cultural / ECAD	(218.758)	(289.370)
Pessoal, mat. exped., cozinha, energia, água, materiais	(285.795)	(185.814)
Montagem <i>stands</i>	(393.404)	(372.008)
Segurança e limpeza	(493.073)	(525.626)
Serviços de terceiros	(360.735)	(469.105)
Serviços de decoração	(129.639)	(67.232)
Despesas com manutenção	(3.134)	(6.395)
Festival gastronômico	(1.667)	(773)
Campanhas / eventos	(323.066)	(389.284)
Impostos e taxas	(106.834)	(137.357)
Outras despesas	(211.411)	(167.908)
	(3.264.766)	(3.361.272)
Superávit	966.928	953.933

11. Demonstração do EBTIDA/LAJIDA – Informação adicional

	2019	2018
Déficit do período	(644.298)	(499.771)
(+) Resultado financeiro líquido	27.152	22.317
(+) Depreciação e amortização	618.567	618.774
LAJIDA (EBITDA) *	(1.421)	141.320

* LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

* EBTIDA – Earning before interest, tax, depreciation and amortization

Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

12. Imunidade tributária

No decorrer do período, a Entidade atendeu às exigências do artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), garantindo a imunidade tributária para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido:

- a) A Entidade aplica integralmente o seu eventual resultado líquido na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- b) Os dirigentes, conselheiros, instituidores, benfeitores, ou equivalentes, não percebem remuneração, vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes são atribuídas estatutariamente e a Entidade não distribui lucros, dividendos ou bonificações, conforme previsto em seu Estatuto Social, no artigo 15, parágrafo único.
- c) A Entidade mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que asseguram sua exatidão.

13 Seguros

A Entidade objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.